

FOLHA DE S.PAULO

Kassab utiliza 1/3 da verba prevista para emergências

Até 31 de outubro, gasto era de R\$ 12,5 milhões dos R\$ 37 milhões previstos

Segundo auditoria do TCM em 2010, prática é recorrente na gestão; prefeitura diz que tem investido em estrutura

JOSÉ BENEDITO DA SILVA
DE SÃO PAULO
NATÁLIA CANCIAN
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

O prefeito Gilberto Kassab (PSD) utilizou apenas 1/3 da verba prevista no Orçamento deste ano para a Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros.

Até 31 de outubro, véspera do período intenso de chuvas (novembro/março), ele havia usado R\$ 12,5 milhões dos R\$ 37 milhões previstos (33,6%).

O dinheiro deve ser aplicado para equipar órgãos de emergência antes das chuvas.

A prática de usar menos do que reserva no Orçamento para o setor é antiga na gestão, segundo auditoria feita pelo Tribunal de Contas do Município em 2010. Desde 2008, o percentual variou de 41,2% em 2009 a 64,3% em 2010.

A maior parte da verba deste ano era para o Corpo de Bombeiros — a instituição é do Estado, mas, por convênio, cabe à prefeitura dar estrutura ao órgão. Dos R\$ 32 milhões previstos, apenas R\$ 11,5 milhões foram gastos.

No fim de outubro, a prefeitura abriu licitações para comprar coletes, flutuadores salva-vidas, nadadeiras, apitos e lanternas — que devem ser entregues só em janeiro.

Segundo o capitão Edson Lino de Souza, chefe da seção de finanças e patrimônio do Corpo de Bombeiros Metropolitano, o material não fará falta, porque o seu uso já era previsto só para 2012.

De acordo com o TCM, a Defesa Civil municipal sofre de estrutura precária, como falta de equipamentos e uso

de veículos muito antigos.

O problema foi amenizado na semana passada, quando Kassab entregou 31 picapes adaptadas para emergências.

Esses veículos irão para subprefeituras como a de Aricanduva (zona leste), onde o córrego transborda — lá, a Defesa Civil utiliza carro alugado, pago pela subprefeitura. O coordenador distrital,

Mauro Vitor Zambrin, 58, diz que ainda faltam equipamentos, mas já foi pior. “Já quebrei dedo, testa, tudo para fazer socorro. Antes, a gente fazia tudo na raça”, diz. Para ele, o órgão tem de 60% a 70% da estrutura necessária.

O morador Manoel Francisco dos Santos, 40, que em janeiro ficou três horas sobre o telhado de casa e já perdeu

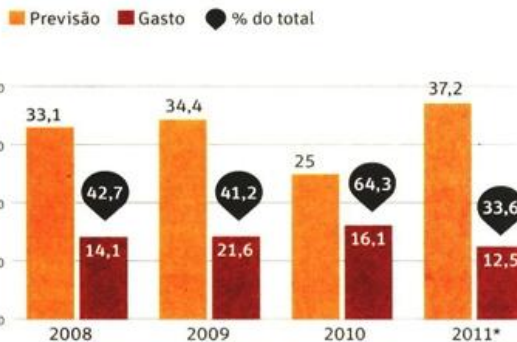
dois carros arrastados pela chuva, diz que é difícil a Defesa Civil chegar aos locais na hora da chuva. “A gente pode até chamar, mas eles não vêm porque é muita água.”

O coordenador do órgão em Cidade Ademar (zona sul), Orlando Marques, 50, diz que a estrutura está adequada, mas faltam funcionários. “Hoje, não é suficiente.”

EMERGÊNCIAS CONTRA CHUVAS

Em 2011, prefeito gastou 33% do previsto

Quanto Kassab gastou com bombeiros e Defesa Civil
Em milhões de R\$



*Até 31 de outubro

OUTRO LADO

Prefeitura diz que investe em infraestrutura

DE SÃO PAULO

A Prefeitura de São Paulo informou, em nota, que vem investindo em veículos, equipamentos e estrutura física.

Segundo a Secretaria de Segurança Urbana, além da verba prevista para a Defesa Civil no Orçamento, há o uso de dinheiro de outras secretarias, como a de Coordena-

ção das Subprefeituras.

Um investimento, de R\$ 1,7 milhão, foi na reforma da nova sede do órgão, na zona norte, em área de 5.000 m².

A prefeitura também citou a compra por R\$ 2,5 milhões de 31 picapes entregues na quinta-feira passada e a aplicação de R\$ 1,4 milhão para adquirir 179 rádios digitais que operam na plataforma da Polícia Militar, Guarda Civil Metropolitana e bombeiros.

A secretaria diz, ainda, que investe em treinamento, inclusive de voluntários, em um plano preventivo e em reuniões com líderes comunitários.

A prefeitura cita também

que, ao longo do ano, retirou mais de 4.000 famílias de áreas de risco e que promove fiscalização para monitorar e coibir ocupações irregulares.

Sobre a prefeitura abrir só agora licitação para equipar os bombeiros, o capitão Edson Lino de Souza, da seção de finanças e patrimônio da corporação, diz que não vai afetar o trabalho deste ano. “Temos condições plenas de atender à demanda”. (JBS)

Blecautes • PÁG. 1B

Vem aí a 'temporada' de apagões na capital

◉ A cidade de São Paulo vai entrar em 2012 com a perspectiva de que mais gente fique cada vez mais tempo sem energia elétrica. O motivo é simples: a AES Eletropaulo – responsável por 98% da fiação aérea da capital – e a prefeitura descumprem a Lei 14.023/05, que determina que toda a rede de cabeamento aérea deve ser transferida para redes subterrâneas. A lei de-

termina que devem ser enterrados até 250 quilômetros da rede por ano. E as metas estabelecidas pela empresa são ridículas: cumpriu 1,3% do necessário em 2011, e pretende enterrar somente 1,8% em 2012. O estarrecedor é que a própria Eletropaulo informa que, se os cabos fossem subterrâneos em São Paulo, 70% das quedas de energia poderiam ser evitadas.

Paulistano será refém em 'temporada' de blecautes

Prefeitura e AES Eletropaulo cumpriram pouco mais de 1% da meta anual estabelecida em lei de enterramento de cabos elétricos, que pode reduzir o risco de cortes de energia. Para 2012, estão previstos apenas 2% do necessário

SAULOLUZ

saulo.luz@grupoestado.com.br

Blecautes mais frequentes, com a perspectiva de que mais gente fique cada vez mais tempo sem energia elétrica. Essa é a perspectiva para quem mora na cidade de São Paulo em 2012. A AES Eletropaulo – responsável por 98% da fiação aérea da capital – e a prefeitura descumprem a Lei 14.023/05, que determina que toda a rede de cabeamento aérea deve ser transferida para redes subterrâneas.

A lei determina que devem ser enterrados até 250 quilômetros da rede por ano. E as metas estabelecidas pela empresa são ridículas: cumpriu 1,3% do necessário em 2011, e pretende enterrar somente 1,8% em 2012. O estarrecedor é que a própria Eletropaulo informa que, se os cabos fossem subterrâneos em São Paulo, 70% dos apagões poderiam ser evitados – causados por queda de galhos (52%), pipas e balões (9%), acidentes de carros (8%) e raios (1%).

A rede elétrica paulistana supera 36 mil quilômetros, de acordo com a Prefeitura, mas somente 1,8 mil quilômetros da rede são subterrâneos – cerca de 5% do total – e outros 34,2 mil quilômetros são transmitidos nos postes. A Eletropaulo diverge nos números: total de 22 mil quilômetros de rede, sendo 3 mil quilômetros enterrados. A Prefeitura não informa o quanto da rede foi enterrada após a promulgação da lei. A Eletropaulo diz que investiu R\$ 318 milhões em enterramento desde 2001. Em 2010, informa ter instalado sob o solo 5 quilômetros de redes no Parque do Ibirapuera.

Neste ano, foram enterrados 3,25 quilômetros – em trechos da avenida Faria Lima (zonas oeste e sul) e das ruas José Paulino (centro), Treze de Maio, Ber-

nardino de Camose e Martiniano de Carvalho (todas na zona sul), 1,3% do total anual determinado pela lei. Para 2012 são previstos outros 4,5 quilômetros – 1,8% – na rua José Paulino (centro), rua do Gasômetro (zona leste) e Largo da Batata (zona oeste).

Enquanto isso, os blecautes continuam. Em 2011, o problema foi tão grave que a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arseps) aplicou mais de R\$ 30 milhões em multas à Eletropaulo, que sofreu ainda três atuações do Procon-SP, no total de quase R\$11 milhões. Na Arseps, as reclamações saltaram de 519 (janeiro a novembro de 2010) para 889 no mesmo período de 2010.

O Procon-SP, inclusive, organizou um mutirão exclusivo para atender reclamações sobre apagões e, entre 24 de fevereiro e 18 de novembro, recebeu 1.456 denúncias – 1.299 contra a Eletropaulo. Além disso, 726 pessoas reclamaram apenas sobre a falta de energia, 538 também relataram queima de aparelhos por conta do blecaute, 51 ainda tiveram dificuldades com o SAC e 141 relataram outros problemas.

Já o mês que mais registrou queixas de apagões foi junho (617), superando até mesmo o período das fortes chuvas do início do ano. "O mês registrou 81,7 milímetros de chuva. É mais do que o normal para junho, mas menos do que o verão (493,7 mm em janeiro e 311,5 mm em fevereiro). E as chuvas devem vir tão fortes em 2012, como em 2011", diz Marcelo Pinheiro, meteorologista da Climatempo. A Eletropaulo diz que já apresentou à Arseps o Plano Verão – de contingência para ocorrências causadas pela instabili-

dade climática.

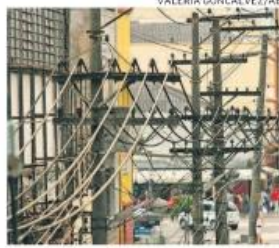
Indefinição

O preço do enterramento é um dos motivos da demora no cumprimento da legislação – seriam necessários R\$ 240 bilhões em toda a cidade. "A Lei Municipal número 14.023 foi regulamentada em 2006, mas a Prefeitura nunca apresentou um plano de enterramento. A Eletropaulo informa que não faz porque é caro e teria que elevar a tarifa. A Prefeitura diz que a concessionária tem lucro e tem que pagar. Fica um jogo de empurra e, enquanto isso, os apagões continuam", conta Antonio Donato, vereador (PT-SP) e presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Eletropaulo, que investiga o problema. "Sabemos que há um conflito para tornar as redes subterrâneas, mas a empresa tem que obedecer a lei municipal", diz Fátima Lemos, assessora do Procon-SP. ::

Rede subterrânea é mais segura

Apesar de caro, o enterramento da rede é avaliado como a melhor solução técnica para reduzir os blecautes em São Paulo. "Isso significa que tem que ir tudo para o subsolo e as empresas de energia e de telecomunicações devem compartilhar as estruturas", diz Decio Amadio, doutor em arquitetura e urbanismo. "Enquanto isso não for feito, a cada temporada de chuvas e quedas de árvores, a rede aérea vai ser um problema. Vai ter interrupção e apagão."

Segundo ele, a rede de distribuição de São Paulo está atrasadíssima até mesmo em relação a outras cidades latino-americanas e o enterramento deixaria a cidade mais bonita e segura. "Esse modelo de via aérea é perverso, obsoleto e oferece um risco enorme de acidentes. Além disso, nunca contemplou os aspectos urbanísticos



Rede aérea oferece mais riscos

e de embelezamento da cidade, apenas os interesses das empresas", diz.

Além da rede elétrica, a Lei Municipal nº 14.023 obriga o enterramento de toda a fiação aérea das concessionárias de serviços, como telefonia, TV a cabo e internet. Essa rede têm cerca de 33 mil quilômetros em postes. Essa mudan-

ça só iniciará após a elaboração do Programa de Enterramento da Rede Aérea (Pera), da prefeitura, que definirá quando, como e locais onde devem ser feitos esse enterramento. A AES Eletropaulo diz que, até o momento, não recebeu qualquer informação deste plano e informa que a construção da rede subterrânea é de 10 a 16 vezes mais cara em relação a rede aérea.

A empresa informa também que a própria Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) reconhece que esse custo "impacta diretamente no valor da tarifa de energia elétrica e que para que o ônus não seja apenas do consumidor. Para viabilizar o enterramento de toda a rede, é necessário, portanto, equacionar a questão financeira, envolvendo governo, sociedade e iniciativa privada." ::

Conheça os seus direitos quando tudo 'apagar'

O consumidor vítima de apagões tem direito a um desconto na conta, desde que tenha ficado sem luz por um período superior ao limite de sua região (normalmente quatro horas). Para saber isso, basta conferir na própria fatura da conta de luz nos itens 'DIC Limite' (limite mensal de horas sem energia) e 'DIC Apurado' (quanto tempo faltou energia elétrica). Caso o 'DIC Apurado' seja maior do que o 'DIC Limite', o consumidor tem direito ao abatimento na fatura.

O desconto também pode ser exigido não pelo tempo, mas sim pelo grande número de quedas de energia - dessa vez, indicado nos itens 'FIC Limite' e 'FIC Apurado'. De acordo com a Aneel, o crédito deve constar da fatura em até dois meses após as interrupções.

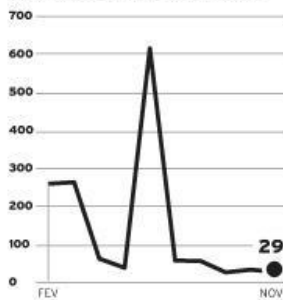
"Caso a compensação não seja creditada, o cliente deve denunciar o caso à ouvidoria da Aneel (telefone 167), que pode multar a distribuidora. Além disso, o consumidor que sofrer prejuízos ocasionados pelo blecaute (danos em equipamentos eletrônicos e elétricos) também deverá ser ressarcido - no prazo máximo de 45 dias.

Se for necessário, o consumidor pode denunciar o caso à Aneel, ao Procon-SP (no site www.procon.sp.gov.br e pelo telefone 151) e à ouvidoria da Arsesp (0800-0555591).

QUEDAS DE ENERGIA EM 2011

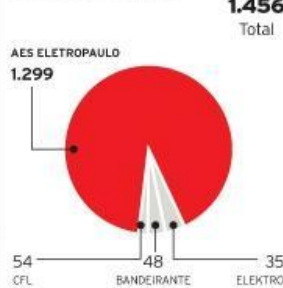
Queixas no Procon-SP

LEVANTAMENTO ENTRE 24/FEV. E 18/NOV./2011



Empresas

EM NÚMERO DE RECLAMAÇÕES



Implicações da falta de eletricidade





São Paulo no escuro há dois anos : Arsesp aplicou mais de R\$ 30 milhões em multas por apagões da Eletropaulo; o Procon-SP mantém três atuações de R\$11 milhões

PREVENÇÃO

70%

dos apagões

Poderiam ser evitados com o enterramento da rede aérea, vítima de raios, quedas de árvores, batidas de carros e pipas e balões

Cooperativa sai às ruas para pedir nova sede

Após promessa frustrada da Prefeitura, catadores programam protesto em frente à Câmara e à Prefeitura

Silvério Morais

silverio.morais@diariosp.com.br

O incêndio que destruiu o galpão da Cooperativa de Reciclagem Granja Julieta Nossos Valores, na Avenida Professor Alceu Maynard de Araújo, na Zona Sul, completa três anos na próxima sexta-feira, mas o grupo ainda não tem um lugar adequado para trabalhar. Para reivindicar um novo local, os cooperados pretendem fazer uma mobilização em frente à Câmara e à Prefeitura, amanhã, às 14h.

Os catadores já estavam com tudo pronto para se mudar para um imóvel na Avenida de Pinedo, 877, Capela do Socorro, na sexta-feira, dia 18, quando foram avisados pelo Limpurb (Departamento de Limpeza Urbana) de que o local não estava pronto.

“Já se encerrou toda forma de diálogo com a Prefeitura. A nossa situação é muito precária. Não há mais condições de continuar aqui”, diz Mara Lúcia Sobral Santos, presidente da cooperativa, reclamando do imóvel usado provisoriamente em uma área pública emprestada, na Rua Carmo do Rio Verde, em Santo Amaro. Como o galpão é pequeno, parte do material reciclável que chega fica do lado de fora do terreno, ao ar livre, atraindo ratos e insetos.

As cerca de 60 pessoas da cooperativa trabalham num imóvel sem refeitório e com apenas um banheiro.

A Secretaria de Serviços, por meio do Limpurb, informou ao DIÁRIO, em reportagem no dia 5 de outubro, que o processo de locação de um novo imóvel para abrigar a cooperativa provisoriamente estava em fase final, mas nada mudou até agora.

O Limpurb afirma que realizou todos os trâmites necessários para a locação, mas não houve êxito na negociação com o locador. A confirmação do contrato de locação foi publicada no “Diário Oficial” do município no dia 15 de outubro.

O departamento afirma “estar empreendendo todos os esforços para viabilizar outro local com melhores condições, o mais rápido possível”. No entanto, não foram informados prazos.

A manifestação não será a primeira da cooperativa, que já fez um protesto na Prefeitura no dia 27 de setembro contra a venda da área que foi atingida pelo incêndio, onde os cooperados gostariam de voltar.

O Limpurb observa que a negociação faz parte de um importante projeto para viabilizar a criação de novas creches na cidade. A proposta já aprovada pela Câmara.



Emblemas de times viram moda em cemitérios de SP

Estudo de professor universitário revela que parentes homenageiam mortos colocando distintivos em lápides

Cerca de 400 fotos foram feitas em cinco cemitérios públicos; placas fúnebres são vendidas em enterros

GIBA BERGAMIM JR. DE SÃO PAULO

Os nomes José Avelino Sobrinho e José Avelino Irmão estão numa lápide do cemitério da Vila Alpina (zona leste). Pouco se sabe sobre a vida dos irmãos, mortos a tiros e enterrados em 10 de fevereiro de 2001. Só não há dúvida em relação a um fato: o time deles. Sobrinho, 58, era corintiano. Irmão, 55, palmeirense.

Numa mesma placa fúnebre estão os emblemas dos times sob a foto de cada um, o que revela uma prática que vem crescendo, segundo estudo do professor Fábio Mariano Borges, que leciona na ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing) e na Faap (Fundação Armando Álvares Penteado).

A galeria 46 do ossário da Vila Alpina, onde estão os Avelinos, não é a única com distintivos. Numa olhada rápida é possível ver vários "defuntos-torcedores".

Borges, especialista em consumo, percorreu cinco cemitérios públicos da capital e constatou que as lápides são oferecidas nos enterros por vendedores, que dispõem de "books" de placas fúnebres, com opções de frases religiosas, imagens santas e, claro, insígnias de clubes.

Para o professor, o costume mostra que colocar o escudo de um time na lápide representa uma espécie de religião. Nos cemitérios, a simbologia do futebol divide espaço com ícones da igreja.

O pesquisador fotografou cerca de 400 escudos em sua pesquisa. Palmeiras, São Paulo, Corinthians e Santos aparecem representados.

A ideia para o trabalho acadêmico surgiu no funeral da avó dele. "Mal enterramos o corpo e já apareceu o vendedor de lápides."

Ao ouvir familiares, Borges descobriu que o time de coração era também uma maneira de identificar o morto.

Ao mesmo tempo, diz Borges, é uma maneira leve e divertida para as famílias transgredirem a morte.

"Quem anda pelo cemitério vai parar nas lápides. É como se o defunto estivesse dizendo: 'oi, eu sou o fulano, palmeirense'", diz.

Outra constatação é o fato de ser uma prática em cemitérios públicos. "É um costume de pessoas de baixa renda. Não vi coisa parecida no cemitério do Morumbi, por exemplo". Em áreas nobres, há frases bíblicas ou poemas.

Vivos, os irmãos Avelino estariam em lados opostos hoje, no duelo entre Corinthians e Palmeiras que pode dar o título de campeão brasileiro ao alvinegro.

"Eram trabalhadores e só gostavam de futebol. Foram mortos por maldade", diz Marília, 26, filha de Irmão. O clichê "torcedor até a morte" foi seguido à risca pela família. Marília que o diga. "No domingo [hoje], eles 'vão' estar torcendo muito."

Não há clippings de rádios para esta data.